

ENTRE O “DRAMA HISTÓRICO” E O “TEATRO ÉPICO”: UMA “PEÇA HISTÓRICA” SOBRE GOMES FREIRE DE ANDRADE E CASTRO

EUGÉNIA VASQUES

*De um corno fazer um tinteiro
Isso faz qualquer estrangeiro
Mas de um corno fazer general
Isso só o Senhor Marechal*

(cit. Brandão, 1919, p. 99, a propósito do Marechal Beresford)

I.

Enquadrado nas comemorações do segundo centenário da morte de Gomes Freire de Andrade e Castro (1757-1817), apresentamos, aqui, neste volume, uma velha peça de teatro sobre este Tenente-General do Exército Português, assassinado aos 60 anos de idade. O manuscrito, com o título “Gomes Freire: Peça Histórica em 4 Actos e 6 Quadros”, que transcrevemos e que editamos numa parceria entre a Biblioteca da Escola Superior de Teatro e Cinema e a Biblioteca do Exército, é da autoria de Pedro Augusto de Sousa e Silva (1877-1930), também ele, como Gomes Freire, um maçom e soldado do Exército Português quando escreveu o presente texto, talvez entre 1917, ano do 1º Centenário da morte do herói, e 1919. A peça, de que não conheço até este momento nenhuma edição, foi oferecida “A sua Excia O Ministro da Guerra Coronel António Maria Baptista com o maior respeito (...). Lisboa, 10 de Junho de 1919”, como consta em página inicial do manuscrito. Este dará entrada, formal, na Biblioteca do Ministério da Guerra, já a 6 de abril de 1921.

E quem era, numa síntese breve, a figura histórica que inspirou ao então Major de Infantaria 16, os “4 actos e 6 quadros” de uma “peça histórica” exaltando essa paradoxal personagem que, apesar das turbulências da sua biografia, incluindo a responsabilidade maçónica¹, seria erigida em símbolo nacional, em mito da Liberdade? Cito o poeta Nuno Júdice, em palavras recentes:

Gomes Freire de Andrade [era um] militar que, no auge duma vida aventureira ao serviço de vários exércitos, chegou a participar na invasão da Rússia, integrado na Legião Portuguesa às ordens de Napoleão [1807-1814]. Regressado a Portugal em 1815, com D. João VI ainda ausente no Brasil, foi acusado de conspiração contra a Regência e o todo-poderoso Beresford² e preso, com onze outros

1 - Foi Grão-Mestre da Loja Militar dos Cavaleiros da Cruz da Legião Portuguesa.

2 - Num movimento designado “Supremo Conselho Regenerador de Portugal, Brasil e Algarves”.

companheiros, tendo sido encarcerados, ele em S. Julião da Barra, e os outros no Campo de Santana, atual Campo Mártires da Pátria, há precisamente 200 anos. (JÚDICE, 2017, p. 175).

Nas panfletárias palavras do republicano Teófilo Braga, em 1907, o “Mártir da Pátria” vem assim definido:

[O] vulto de GOMES FREIRE concentra na sua simpática individualidade e na iniquidade da sua morte, o momento da letargia em que Portugal se viu arrastado à mais afrontosa das degradações pelo seu Governo paternal: abandonada a nação ao invasor napoleónico por D. João VI, depois de ter-se libertado pela audácia das suas guerrilhas populares e pelo heroísmo dos seus soldados sob o comando de oficiais ingleses, que se arrogaram a glória dos triunfos, é ainda pelo mesmo soberano abandonada ao arbitrário sangrento do protectorado de Inglaterra, exercido odiosamente por Beresford, executor ferrenho do conservantismo estúpido de Castlereagh.

GOMES FREIRE, pela sua reconhecida bravura, aparece como uma esperança, cercado de popularidade, fortalecendo-se na confiança do exército, cujos quadros, na quase totalidade, eram ocupados por oficialidade inglesa. Diante da pressão despótica e mesmo brutal de Beresford, que firma em Portugal a base do conservantismo do partido tory, defronta-se a apatia dos homens da Regência, ocupados em remeter os saques mensais de milhões de cruzados para a corte do Rio de Janeiro, e em preparar a entrega de Portugal como dote de uma princesa à Espanha, primeiro pelo casamento de D. Maria Teresa com Pedro Carlos, e depois pelo casamento de D. Maria Isabel com Fernando VII, ficando D. João VI definitivamente no seu novo Império do Brasil. (pp. VII-IX)

Apresentada a figura histórica, passemos à contextualização teatral da peça que aqui nos convoca. Socorro-me de dois outros textos dramáticos, uma peça, justamente, de Teófilo Braga (1843-1924), intitulada *Gomes Freire: Drama Histórico (com Prólogo, 5 actos e um Epílogo)*, de 1907, e muito presumivelmente do conhecimento de Sousa e Silva, e *Felizmente Há Luar! Peça em 2 Actos*, de Luis de Sttau Monteiro (1926-1993), publicada, ao arrepio da Censura salazarista, pelo *Jornal do Foro*³, várias décadas depois, no ano nefasto de 1961.

Da leitura da obra de Pedro Augusto de Sousa e Silva, feita em confronto com as outras duas peças, surgiu-me a convicção de que, se a personagem histórica de Gomes Freire inspirou a Teófilo Braga um “drama histórico” que era o modelo estético-ideológico que este republicano defendia para a transformação da arte do teatro português em fator de progresso social, já não

3 - Revista trimestral de estudos jurídicos, o jornal de Fernando Abranches Ferrão, advogado da Oposição ao regime de Salazar, a quem a peça é dedicada pelo autor, existiu entre 1937 e 1970. Luis de Sttau Monteiro era formado em Direito.

foi exclusivamente a figura histórica de Gomes Freire o centro da ação no texto proibido de 1961. Elevado por Luis de Sttau Monteiro ao pódio da simbologia, Gomes Freire, ausente fisicamente da ação, é, por causa dessa simbolização, o motor cujo nome convoca e une metaforicamente na luta contra a Ditadura do Estado Novo de Salazar. Como dizia uma das personagens de Teófilo Braga, José Pedro Marques, um professor do Colégio Militar e “jesuíta disfarçado”: “[E] sempre essa figura, que não aparece, e se sente em toda a parte (...), que é de quem o Marechal Beresford se receia (...)”⁴ (BRAGA, 1907, p. 37). Sttau Monteiro apresenta a figura simbólica da sua peça “antidramática” como “o General Gomes Freire de Andrade que está sempre presente, embora nunca apareça” (STTAU, 1980, p. 12).

A proibida peça de Sttau Monteiro⁵, tal como é o caso da peça de Teófilo Braga no seu tempo, procura um modelo estético-ideológico, novo entre nós, o “teatro épico”, que é como quem diz, uma forma artística cuja genealogia – o teatro político alemão de Erwin Piscator (1893-1966) e do seu discípulo Bertold Brecht (1898-1956), nome impronunciável em Portugal naquele momento – visava combater o “teatro dramático”, amortecedor e empático, por formas estéticas de uma cena que preparasse os artistas e o público para a oposição ao regime. A primeira fala da peça de Sttau Monteiro é, aliás, uma paráfrase da interrogação programática de Lenine: *Que fazer?*, de 1902. Manuel diz: “Que posso eu fazer? Sim: que posso eu fazer?” (ibidem, 1980, p. 13).

Já Sousa e Silva, notoriamente pouco investido nas artes teatrais de vanguarda⁶ ou nas práticas da literatura (como Teófilo que deixa rastros de Shakespeare, Garrett e tantos outros) não propõe um reconhecível modelo estético-ideológico. Centrando o seu trabalho na demonstração do patriotismo, da heroicidade de um Gomes Freire desenhado em quadro burguês, na correção de factos e pormenores de ordem militar, reforçando, por exemplo, a presença das Infantarias 16 e 19 ou do Batalhão de Atiradores de Lisboa Ocidental, etc., o autor demonstra também, nalgumas didascálias, muita leitura teatral. Veja-se, por exemplo, o Acto I, Quadro 2: “Botequim do Marrare em 1817. Várias mesas com personagens. Movimento segundo marcação.”. Fica, aliás, bem sublinhada e explícita, uma mensagem de repúdio da ditadura estrangeira e de qualquer

4 - Raul Brandão também fará semelhante referência: “Gomes Freire é um inimigo que, mesmo calado, os incomoda” (1914, p. 287).

5 - Como indica o autor, a peça *Felizmente Há Luar!* foi estreada em Paris, pelo Teatro Oficina Português, a 1 de março de 1969, com encenação de Carlos César (1943-2001), jovem ator exilado e desertor da Guerra Colonial. A peça seria estreada em Portugal, num grupo amador (Teatro Experimental do Barreiro), em 1975, e no Teatro Nacional D. Maria II em 1978.

6 - Está publicada uma adaptação da novela de Camilo Castelo Branco, *A Queda de Um Anjo*, de 1927, sem nome de editora, nem local, disponível aos leitores da Biblioteca Nacional com a cota L. 27981 P.

intervenção estrangeira em Portugal mesmo para ajudar os revoltosos (cf. Acto I, cena 4), o que terá um profundo sentido acrescido (que falta aprofundar) no complexo quadro político do Portugal de 1917-1919, país fragilizado pelas consequências da Grande Guerra – mormente na manutenção dos territórios coloniais, onde Sousa e Silva virá, posteriormente, a desempenhar cargos de chefia administrativa – e pela luta intestina entre republicanos e monárquicos.

Pedro Augusto de Sousa e Silva, que sublinha no seu herói a lealdade ao Rei e à monarquia (“Sou fiel ao Rei, mas não ao governo, porque esse, que aí temos, nunca pode representar a vontade do povo”), pretenderá também “corrigir” algumas liberdades poéticas, moralistas e republicanas patentes no extenso drama de Teófilo Braga de mais de duzentas páginas (BRAGA, 1907, pp. XI -XII; pp. 1-272). Veja-se, neste drama, a substituição de Matilde de Melo por uma senhora da alta sociedade, Maria do Patrocínio, Comendadeira de Avis e prima até de um dos assassinos de Gomes Freire, o que Sousa e Silva não faz ou informações que podem ter sido entendidas como imprecisões no “Escorço biográfico-histórico” de Teófilo (ibidem, pp. 273-301). Seria até temporalmente possível que Sousa e Silva dialogasse, indiretamente, com a obra semi-ficcional de Raul Brandão, *A Conspiração de 1817: Quem Matou Gomes Freire: Beresford, D. Miguel Forjaz, o Principal Souza; Mathilde de Faria e Mello*, que veio a público, em primeira edição, no Porto, em 1914. Fica porém claro, em determinadas referências, algumas das quais abaixo assinalo, que foi de seu conhecimento o livro de Manuel Barradas, *General Gomes Freire (1788-1817)*, de 1892, um libelo enérgico contra o Ultimato Inglês (também e uma vez mais sobre as ameaçadas Colónias ultramarinas).

Mas o que Pedro Augusto de Sousa e Silva programaticamente defende, sobre fundo patriótico (e colonial), parece ser uma tese de inocência do Tenente-General. O seu é um Gomes Freire soldado e solidário com os demais soldados portugueses nas suas reivindicações (atraso de trinta meses no soldo, excessos punitivos, substituição dos portugueses por ingleses), monárquico, iniciado na Maçonaria. É forte a presença desta instituição (dez referências ao longo da ação) no seio dos revoltados militares. No entanto, ao que sabemos desde, pelo menos, Manuel Grainha (1912)⁷, e isso a peça não subscreve com clareza, é ter havido responsabilidade de Irmãos Maçons no assassinato do Grão-Mestre da Maçonaria.

Veja-se, o Acto I. Nas cenas consecutivas 3 e 4, está em foco a Maçonaria.

7 - Diz Grainha: “Em 1816, [Gomes Freire] foi eleito Grão-Mestre da Maçonaria portuguesa e tornou-se a alma da conspiração que, infelizmente, fracassou em 1817. A denúncia partiu do célebre Irmão José de Andrade Corvo, do Irmão Capitão Pedro Pinto de Moraes Sarmiento e do Irmão João de Sá Pereira Ferreira Soares.” (p. 82)

António de Sousa Falcão, na Cena 3, adverte Freire sobre os três perigos que corre: o inglês Beresford (que o vê como competidor), o seu primo D. Miguel Forjaz (que não lhe perdoa a participação nas guerras de Napoleão) e a Companhia de Jesus, pelo facto de ser “maçon e muito mais por te terem confiado o cargo de Grão-Mestre: “Gomes Freire:” (...) Se estou de posse do malhete de prata, não foi porque assim o entenderam aqueles que mo podiam entregar?”.

Continuando na mesma Cena 3⁸, o amigo define assim a Maçonaria: “(...) Diz-se que a Lacerda [Viscondessa de Juromenha] é amante de Beresford e que é da maçonaria. Como pode isso ser? Como pode ela estar ligada pelo coração a um homem que representa e exerce a tirania, e pelo mesmo coração pugnar pela causa da liberdade?” Responde-lhe Gomes Freire: “Não, aí há uma coisa. Ela foi iniciada para contar na loja a orientação de Beresford.”

A seguir, Pedro Augusto de Sousa e Silva faz entrar em cena três soldados que vêm solicitar a Gomes Freire o comando da revolta que se prepara no Exército. O autor, que, na peça, nada indica sobre a ligação de Freire ao Coronel Monteiro, ao Major Neves e ao Alferes Porto, coloca-os, de repente, em grande intimidade quando o Tenente-General lhes diz: “E não se fiem na Lacerda. Já fui avisado. Ela veio filiar-se mas, é capaz de nos atraiçoar.” Donde se pode inferir que ou o autor se distraiu ou está a fazer referência ao facto desses militares pertencerem à mesma loja que ele, que não seria a Loja Militar dos Cavaleiros da Cruz da Legião Portuguesa, que abatera colunas em 1813, mas poderia ser ou a Loja Maçónica Lusitana, da qual Gomes Freire fora Venerável, ou até, por extensão, o Grande Oriente Lusitano.

II.

Apresentemos, agora, sumariamente, através de dados básicos, as três peças em questão. Coloquei, na coluna do meio, as trinta e seis personagens e figuração da peça de Sousa e Silva, procurando as personagens, ou seus equivalentes, nas outras duas colunas, relativas às peças de Teófilo Braga (à esquerda) e à de Sttau Monteiro (à direita).

8 - Veja-se, nesta mesma cena do Acto I, a lembrança do sonho. Este sonho premonitório de Gomes Freire encontra-se em Barradas (1892, pp. 95-6).

| | | |
|--|---|---|
| <p>TEÓFILO BRAGA (1843-1924)</p> <p><i>Gomes Freire: Drama histórico com prólogo, 5 actos e um Epilogo, 1907.</i></p> <p>44+ personagens (acção: Lisboa, 1817)</p> <p>Epígrafe <i>Dulce et decorum est pro Patria mori</i>, Horácio, Odes Livro III, Ode 2, Tomo 13.</p> | <p>PEDRO AUGUSTO DE SOUSA E SILVA (1877-1930)</p> <p><i>Gomes Freire: Peça historica em 4 actos, 6 quadros, c.1919?.</i></p> <p>36+ personagens</p> <p>“O primeiro quadro em casa de Gomes Freire nas vésperas do baile da aclamação, que foi a 6-4-817. O segundo no Marrare de polimento, ao Chiado, 15-4-817 O terceiro em 20-4-817 no gabinete de Beresford. O quarto em 25-5-817 no Palácio do Saldanha. O quinto 25-5-817 em casa de Gomes Freire. O sexto na Torre de S. Julião da Barra em 18-10-817”.</p> <p>Epígrafe <i>Dulce et decorum est pro Patria mori.</i></p> | <p>LUIS DE STTAU MONTEIRO (1926-1993)</p> <p><i>Felizmente há luar: Peça em 2 actos, 1961.</i></p> <p>16 personagens</p> <p>---</p> |
| PERSONAGENS (em desordem) | PERSONAGENS (em desordem) | PERSONAGENS (em desordem) |
| Gomes Freire de Andrade, Tenente-General, 60 anos. | Gomes Freire de Andrade, Tenente-General. 60 anos. | O Tenente-General Gomes Freire de Andrade “que está sempre presente, embora nunca apareça”. |
| D. Joana Eulália (segunda mulher de D. Miguel Forjaz) 2 anos de idade. | --- | --- |
| M ^a do Patrocínio, Comendadeira de Avis (Sobrinha do Secretário da Regência e Ministro da Guerra D. Miguel Forjaz) 30 anos de idade. | Matilde Melo. | Matilde de Melo, “A companheira de todas as horas”. |
| D. M ^a da Luz Willonghby da Silveira (Viscondessa de Juromenha). | Viscondessa de Juromenha. | --- |
| = Beresford, Marquês de Campo Maior, Marechal Comandante em Chefe do Exército. | = William Beresford Marechal General. | Beresford – “Três conscienciosos governadores do Reino”. |
| D. Miguel Forjaz Sec ^o da Regência e Ministro da Guerra. | = D. Miguel Pereira Forjaz. | D. Miguel Forjaz – “Três conscienciosos governadores do Reino”. |
| Principal Sousa. | Principal. | Principal Sousa – “Três conscienciosos governadores do Reino”. |
| Manoel Monteiro de Carvalho, Coronel reformado. | = Manoel Monteiro de Carvalho, Coronel de milícias reformado. | --- |

| | | |
|---|--|--|
| --- | = José Francisco das Neves, Major do Batalhão de Atiradores de Lx. Ocidental. | --- |
| --- | Alferes Pinto. | --- |
| --- | José Ribeiro Bento, Alferes de Infantaria 16. | --- |
| --- | António de Sousa Falcão. | António de Sousa Falcão “O inseparável amigo”. |
| = Frederico Watson, Ajudante de Ordens do Marechal [Beresford]. | = Frederico Watson, Ajudante de Beresford. | --- |
| --- | Visconde de Juromenha. | --- |
| --- | António de Pádua, Tenente da polícia. | --- |
| --- | Bacharel Lameiro, depois Juiz de Fora de Oeiras. | --- |
| Pedro Pinto de Moraes Sarmento, espião de Beresford. | Pedro Pinto de Moraes Sarmento, Capitão . | Morais Sarmento – “Dois denunciantes que honraram a classe”. |
| = Capitão José de Andrade Corvo, espião de Beresford. | = José de Andrade Corvo Camões, Capitão . | Andrade Corvo – “Dois denunciantes que honraram a classe”. |
| = António Cabral Calheiros, doidivas revolucionário. | = António Cabral Calheiros [Furtado de Lemos], Alferes . | --- |
| = Bacharel Sá Pereira, espião de Beresford. | = João de Sá Pereira [Ferreira Soares], Bacharel. | ---- |
| Archibald Campbell, Comandante de Divisão, Governador da Fortaleza de S. Julião da Barra. | Archibald Campbell, Comandante da 1.ª Divisão Militar. | --- |
| --- | Barão de Albufeira [José de Vasconcelos] ⁹ . | --- |
| Tenente-Coronel Haddoch, Comandante do Regimento de Infantaria 19 da Torre de S. Julião. | Haddoch, Tenente-Coronel. | = Haddoch. |
| Desembargador Leitão de Moura. | Luis Gomes Leitão de Moura. | --- |
| = Pedro Duarte da Silva. | = Pedro Duarte da Silva (Pedro, o Cruel) [Desembargador]. | --- |
| --- | Amaral, Coronel , Comandante de Infantaria 19. | --- |

9 - 2º Vigilante da Loja Militar dos Cavaleiros da Cruz da Legião Portuguesa de que Gomes Freire era Venerável.

| | | |
|---|---|--|
| --- | Ignacio Joaquim de Castro, Coronel reformado [antigo Comandante do Forte, apoio ao preso]. | --- |
| = João Gaudêncio Torres. | = João Gaudêncio Torres (Intendente). | --- |
| --- | Tavares, Tenente-Coronel | --- |
| Antoniano, outro emissário. | António [militar, pai de Zacarias D'Aça] ¹⁰ . | --- |
| --- | Criado de Gomes Freire. | --- |
| --- | Oficial às ordens de Campbell. | --- |
| Veterano Sales. | = Sales veterano apoio ao preso. | “Um antigo soldado do Regimento de Gomes Freire”. |
| Richard Campbell, Oficial inglês. | --- | --- |
| John Wilson, idem. | --- | --- |
| Richard Armstrong, idem. | --- | --- |
| José Pedro Marques, Professor do Colégio Militar, jesuíta disfarçado. | --- | --- |
| General Cabanes. | --- | --- |
| D. José Fuertes, outro emissário. | --- | --- |
| Lenerson, Cônsul holandês. | --- | --- |
| Barão de Eben, Tenente-General austríaco ao serviço de Portugal. | --- | --- |
| Major Neves, descontente. | --- | --- |
| Campelo de Miranda, idem. | --- | --- |
| Marquês de Borba, Presidente da Regência do Reino. | --- | --- |
| Ricardo Raimundo Nogueira, Membro da Regência. | -- | --- |
| Salter de Mendonça, idem. | --- | --- |
| Alexandre José Ferreira Castelo, idem. | --- | --- |
| Cipriano Ribeiro Freire. | -- | --- |
| Visconde de Santarém (João Diogo). | --- | --- |
| Leite de Barros. | --- | --- |
| João de Matos Vasconcelos, Intendente da Polícia. | --- | --- |
| Frei Diogo de Melo, da Ordem de S. Jerónimo, Confessor de Gomes Freire. | Padre, Frei Diogo ¹¹ . | Frei Diogo de Melo “Um homem sério que destoaria nesta peça se não figurassem também...” |
| Seixas Castelo Branco. | --- | --- |

10 - Na realidade, Francisco Zacarias d'Araújo (cf. BARRADAS, 1892, p. 94).

11 - Na realidade, o Padre Manuel Mesquita, abade do Mosteiro dos Jerónimos (ibidem, p. 94).

| | | |
|--|--|---|
| Professor A. Maria do Couto. | --- | --- |
| Cabo Luis. | --- | --- |
| Farinheira, carrasco. | --- | --- |
| Pisca-Pisca, ajudante. | --- | --- |
| --- | 1.º Oficial de justiça. | Dois polícias, iguais a todos os polícias. |
| ---- | Carcereiro. | --- |
| --- | Criado do café. | --- |
| Frades franciscanos e dominicanos, Regimento de Infantaria 19. | Padres, oficiais de justiça, carrasco, seu ajudante, um sargento, soldados do 19, criados. | Vários populares, o pano de fundo permanente. |
| --- | --- | Manuel, o mais consciente dos populares. |
| --- | --- | Rita, a mulher de Manuel. |
| --- | --- | Vicente, um provocador em vias de promoção. |

A proximidade da peça *Gomes Freire: Peça histórica em 4 Actos e 6 Quadros*, de Sousa e Silva, da peça de Teófilo Braga, *Gomes Freire: Drama histórico (com Prólogo, 5 actos e um Epílogo)* é notória e até a epígrafe, uma citação do poeta Horácio, é a mesma: *Dulce et decorum est pro Patria mori* (“É doce e belo pela Pátria morrer”). Mas os núcleos dramáticos não coincidem. Dir-se-ia, mesmo, que o texto de Sousa e Silva se pretende mais “fotográfico”, mais “cinematográfico”, mais realista nos seus enquadramentos. Uma demonstração clara radica nas didascálias referentes à ação. Teófilo Braga situa-a assim: “A acção passa-se em Lisboa, em 1817.” (BRAGA, 1907, p. XII). Sousa e Silva informa desta maneira: “O primeiro quadro em casa de Gomes Freire nas vésperas do baile da aclamação, que foi a 6-4-817; O segundo no Marrare de polimento, ao Chiado, 15-4-817; O terceiro em 20-4-817 no gabinete de Beresford; O quarto em 25-5-817 no Palácio do Saldanha; O quinto 25-5-817 em casa de Gomes Freire; O sexto na Torre de S. Julião da Barra em 18-10-817” (SILVA, c. 1919, p. 3).

Porém, a peça histórica de Sousa e Silva destaca-se das outras duas criações pela clara imersão das suas personagens no Exército Português. E se para Teófilo Braga se tratava de, pela via do teatro, defender a causa da República, e para Sttau Monteiro lutar contra a Ditadura do Estado Novo, concluo que, para Sousa e Silva, Gomes Freire, o militar maçom, era uma bandeira no debate patriótico sobre política colonial e sobre a ideologia imperial que haveria de ter, poucos anos depois, um protagonista (para além de Salazar): Armindo de

Sttau Monteiro (1896-1955), pai do escritor, que foi Ministro das Colónias entre 1931 e 1935.

Sousa e Silva, cuja verdadeira personagem central é a África Colonial, colocou na boca do seu herói as seguintes últimas palavras que ecoam a ode de Horácio e, talvez, o seu próprio sentir:

Senhores! Tenho pressa de lhes ensinar como se morre, tenho pressa de me ver diante do patíbulo, pois estou sentindo como delicioso é morrer pela Pátria. Ela, a quem tanto amo, me agradecerá um dia estes penosos momentos. E agora gritarei bem alto pela sua independência, dizendo: Viva a minha querida Pátria portuguesa (SILVA, c. 1919, p. 71).

Lisboa, 18 de outubro de 2017

BIBLIOGRAFIA

- BARRADAS, Manuel, *O General Gomes Freire (1788-1817)*. Lisboa: Tipografia Minerva Central, 1892.
- BRAGA, Teófilo, *Gomes Freire: Drama histórico (com Prólogo, 5 actos e um Epílogo)*. Porto: Imprensa Moderna de Manuel Lello & Irmão, 1907.
- BRANDÃO, Raul, *A Conspiração de 1817: Quem matou Gomes Freire: Beresford, D. Miguel Forjaz, o Principal Souza, Mathilde de Faria e Mello*. Porto: s/e, 1914.
- BRANDÃO, Raul, *1817: A conspiração de Gomes Freire*. Porto: Renascença Portuguesa, 1917 (2ª ed., 1919; 3ª ed., 1922).
- CAVALHEIRO, António Rodrigues, *Gomes Freire, mau português e mau soldado: a Campanha do Roussillon, a Guerra de las naranjas, os motins de Campo de Ourique*. Lisboa: s/e, 1928.
- FERRÃO, António, *Gomes Freire na Rússia: cartas inéditas de Gomes Freire de Andrade e outros documentos autógrafos acerca desse ilustre português quando combateu no exército russo, precedidos dum estudo sobre a política externa de Catarina II*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1917.
- FREIRE [de Andrade e Castro], Gomes, *Ensaio sobre o Methodo de Organisar em Portugal o Exercito*. Lisboa: João Rodrigues Neves, 1806.
- GRAINHA, Manuel Borges, *História da Franco-Maçonaria em Portugal (1733-1912)*. Lisboa: Veja, 2016, 6º ed., com prefácio de António Ventura.

- JÚDICE, Nuno, “Uma Carta Inédita de Gomes Freire a Matilde de Faria e Melo”, *Colóquio Letras*, nº 196, Set./Dez. 2017. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 175-177.
- LIMA, Henrique de Campos Ferreira, *Gomes Freire de Andrade: notas bibliográficas e iconográficas publicadas em comemoração do Centenário da morte deste ilustre General (1817-1917)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1919.
- LOPES, António, *Gomes Freire de Andrade: Um retrato do homem e da sua época*. Lisboa: Grémio Lusitano, 2003.
- MONTEIRO, Luis de Sttau, *Felizmente há luar: peça em 2 actos*. Lisboa: *Jornal do Foro*, 1961. Lisboa: Ática, 1980, 12ª ed..
- NORONHA, Eduardo de, “Centenário Trágico”, *Revista Militar*, Ano LXIX, nº 10, Out. 1917. Lisboa: Tip. Universal, pp. 651-669.
- OLIVEIRA, Pedro Aires, *Armindo [Rodrigues de Sttau] Monteiro: Uma biografia política*. Lisboa: Bertrand, 2000.
- SERRA, José Dionísio da Serra, *Epicedio: feito, e recitado em 1822 no anniversario da sempre lamentável morte do General Gomes Freire de Andrade*. Consultado em 18 de outubro de 2017. Disponível em: <https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=hvd.hnzk6n;view=1up;seq=1>.
- SILVA, Pedro Augusto de Sousa e, “Gomes Freire: Peça histórica em 4 Actos”. Lisboa: Biblioteca do Exército, c. 1919 . [Manuscrito]. Consultado em 18 de outubro de 2017. Disponível em: http://bibliotecas.defesa.pt/ipac20/ipac.jsp?session=15102475W55B9.1771&profile=bibex&source=-!dglb&view=subscriptionssummary&uri=full=3100024-!225187-!3&ri=1&aspect=subtab247&menu=search&ipp=20&spp=20&staffonly=&term=gomes+freire&index=.GW&uindex=&aspect=subtab247&menu=search&ri=1&limitbox_6=LOC01+++BIBEX.